

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.682 - RS (2015/0073761-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : UNIÃO  
RECORRIDO : GASPAR PAINES FILHO  
ADVOGADO : KATIA MANDELLI BAUER - RS021560

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS. COISA JULGADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.*

1. Trata-se de Recursos Especiais interpostos pela UNIÃO, no qual se insurgem contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 4a. Região, assim ementado:

*EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. INCORPORAÇÃO DE QUINTOS.*

*É descabida a rediscussão de questões relativas ao título judicial, cuja solução se recomendaria em momento anterior ao trânsito em julgado da sentença condenatória (fls. 213).*

2. Os Embargos Declaratórios opostos foram acolhidos apenas para fins de prequestionamento.

3. Nas razões de seu Apelo Nobre, a recorrente aponta violação dos arts. 293, 460, 467, 468, 471, 473, 474, 535, II, 586, 618 e 741 do CPC, sob os seguintes fundamentos: (a) nulidade do acórdão ante a negativa de prestação jurisdicional e (b) a execução pretendida pela recorrida não está embasada em título executivo válido, uma vez que não foi considerada a manifestação da Contadoria Judicial e não houve abatimento dos valores pagos na esfera administrativa.

4. É o relatório.

5. No tocante ao art. 535, I e II do CPC, inexistente a

violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

6. Acerca da suposta violação à coisa julgada, consta do acórdão recorrido o seguinte:

*Não procede a pretensão da recorrente de compensar os pagamentos de função comissionada integral cumulada com os quintos/décimos com os valores referentes a diferenças de quintos. As alegações apresentadas pela União, em sede de embargos à execução, não tem o condão de desconstituir a coisa julgada material, constituída com o trânsito em julgado da sentença de mérito, conforme expressamente dispõe os arts. 467 e 474 do Código de Processo Civil. Portanto, em vista da imutabilidade dos efeitos da sentença executada, a matéria se encontra preclusa.*

*Não tendo a recorrente, em momento oportuno, interposto o recurso cabível à espécie, não pode, nesta fase processual, em sede de embargos à execução de sentença, tentar modificar decisão que, além de ter presumidamente aceito ao não ofertar impugnação, resta abrangida pela imodificabilidade da coisa julgada. Portanto, é descabida a compensação pretendida pela União, eis que em desacordo com o título executivo (fls. 215).*

7. Assim, a alteração das conclusões a que chegou a Corte de origem, na forma pretendida, demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório dos autos. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. QUINTOS INCORPORADOS. BASE DE CÁLCULO. CORREÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.*

*1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos*

*interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).*

*2. Indevida a devolução dos autos à origem, por força do julgamento do RE 638.115/CE pelo STF, em sede de repercussão geral, pois o caso concreto, como afirmado pela agravante nas razões do especial, não busca "rediscutir o direito à incorporação da VPNI de quintos, mas apenas efetuar o abatimento dos pagamentos efetuados."*

*3. Firmado nesta Corte, em sede de recurso repetitivo, entendimento segundo o qual, inexistindo previsão no título judicial acerca da limitação temporal, não pode o fato ser alegado em embargos à execução, sob pena de ofensa à coisa julgada (REsp 1.235.513/AL, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 20/08/2012).*

*4. Hipótese em que a Corte Regional entendeu que as "pretendidas limitações ao direito dos substituídos já poderiam ter sido suscitadas pela União no processo de conhecimento" e não havia "qualquer autorização neste sentido no título executivo, razão pela qual não podem elas ser agora admitidas, sob pena de ofensa à coisa julgada."*

*5. Dissentir do julgado recorrido para entender que o título transitado em julgado "garantiu o recebimento das diferenças, mas não traçou os parâmetros para seus cálculos" demanda necessário revolvimento do acervo probatório dos autos, o que é vedado na via do especial pelo teor da Súmula 7 deste Tribunal.*

*6. Agravo interno desprovido (AgInt no REsp 1.663.759/RS, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 24.5.2019).*

8. Diante disso, nega-se seguimento ao Recurso Especial da UNIÃO.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

